

**A. I. Nº** - 272466.0019/14-3  
**AUTUADO** - BENEDITO ANTÔNIO DA SILVEIRA  
**AUTUANTE** - RENATO AGUIAR DE ASSIS  
**ORIGEM** - INFAZ GUANAMBI  
**INTERNET** - 20/082015

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0163-03/15**

**EMENTA:** ITD. DOAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. O ITD tem como fato gerador a transmissão “causa mortis” e a doação, a qualquer título de propriedade ou domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, nos termos da Lei civil; de direitos reais sobre imóveis; de bens móveis, direitos, títulos e créditos. Ficou comprovado que o sujeito passivo não recolheu o valor do imposto efetivamente devido. Infração subsistente. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 04/12/2014, refere-se à exigência de R\$6.591,82 de ITD, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento do referido imposto incidente sobre doação efetuada, nos meses de dezembro de 2009 e dezembro de 2010. Infração 41.01.13

O autuado apresentou impugnação à fl. 38, alegando que foi surpreendido com a convocação da SEFAZ para tomar ciência do presente Auto de Infração, referente a cobrança de ITD sobre doação efetuada em moeda corrente do país de pai para filhos. Diz que houve intimação solicitando a apresentação de cópias das declarações de IRPF tanto do doador, como dos donatários, doação estas ocorridas em 2009 e 2010 de pai para filhos, que residem e moram em Brasília/DF há mais de dez anos, a quem compete a cobrança do tributo.

Informa que na qualidade de autuado e auditor fiscal pertencente ao mesmo grupo de auditores, tanto do determinante (Sr. Nathan) como do autuante (Sr. Renato), entende que os colegas se equivocaram no momento de interpretar a legislação, porque a cobrança deveria ser feita aos donatários, e não ao doador. Também entende que não compete à Secretaria da Fazenda da Bahia efetuar a cobrança e sim o Estado onde residem e moram os donatários, ou seja Brasília/DF e, com base neste princípio, foi cometida uma injustiça.

Pergunta se é correto este procedimento e diz que é um absurdo, uma barbaridade vergonhosa. Também pergunta onde está previsto na legislação que é proibido ajudar um filho a adquirir a casa própria, a fim de sair do aluguel. Diz que a fiscalização deveria se preocupar com os milhões e mais milhões que são desviados diariamente pela corrupção que assola o Brasil, e o funcionário que presta serviço público há trinta e seis anos na Secretaria da Fazenda da Bahia, onde fez sua economia, quando quer ajudar os filhos, ainda é obrigado a recolher o imposto exigido com a alíquota de 2%.

Pede a nulidade do Auto de Infração, afirmando que o valor doado já sofreu a tributação em 27,5%, retido na fonte, e aguarda o julgamento administrativo com expectativa e ansiedade.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 43 a 46 dos autos. Após reproduzir a imputação fiscal e fazer uma síntese das alegações defensivas, comenta sobre os princípios que regem a Administração Pública, destacando o Princípio da Impessoalidade, afirmando que não há mudança de comportamento em razão da pessoa a ser beneficiada ou prejudicada pelo ato administrativo. Informa que o presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o pagamento do

ITD referente a doação em espécie, imposto que tem previsão no art. 155, inciso I da Constituição Federal; art. 35 e seguintes do CTN, e sua constituição é de competência dos Estados e do Distrito Federal.

Transcreve o art. 1º da Lei 4.826/89 e ressalta que o art. 42 do CTN autoriza a Lei dos Estados a elegerem qualquer das partes envolvidas como contribuinte do imposto. Transcreve o art. 5º da referida lei, ressaltando que o Estado da Bahia elegeu como sujeito passivo do ITD o donatário, entretanto, essa responsabilidade é solidária, nos casos em que ocorre a doação sem o referido pagamento do ITD. Assim, pelo instituto da solidariedade se pode afirmar que qualquer um dos dois, doador ou donatário, ou os dois em conjunto, têm que pagar a dívida, porque praticou o fato gerador.

Transcreve, ainda, o art. 11 da Lei 4.826/89 e afirma que o valor reclamado por meio do presente Auto de Infração é devido ao Estado da Bahia, tendo em vista que o doador é domiciliado na Bahia e este Estado adotou a responsabilidade solidária. Pede a procedência do presente Auto de Infração.

### VOTO

O defendente requereu a nulidade do presente lançamento, mas não indicou os motivos que ensejariam a mencionada nulidade.

Rejeito a preliminar de nulidade apresentada nas razões de defesa, haja vista que a descrição dos fatos no presente Auto de Infração foi efetuada de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos.

Constato que o PAF está revestido das formalidades legais, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento.

No mérito, o presente Auto de Infração refere-se à exigência de o Imposto sobre Transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), pela falta de recolhimento do referido imposto incidente sobre doação efetuada, nos meses de dezembro de 2009 e dezembro de 2010.

O Imposto sobre Transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos tem como fato gerador a transmissão “causa mortis” e a doação, a qualquer título de: propriedade ou domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, nos termos da Lei civil; direitos reais sobre imóveis; bens móveis, direitos, títulos e créditos. Ou seja, no caso de doação é entendido como a transmissão gratuita de bens móveis e imóveis e demais direitos.

A conceituação do termo doação – hipótese de incidência do ITD ao qual se refere o presente lançamento - está disposta no art. 538 do Código Civil como: “o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra”. O contribuinte do imposto é o donatário, aquele que recebe a doação.

O defendente alegou que houve equívoco do autuante ao interpretar a legislação, porque a cobrança deveria ser feita aos donatários, e não, ao doador. Entende que não compete à Secretaria da Fazenda da Bahia efetuar a cobrança e sim, o Estado onde residem e moram os donatários, ou seja, Brasília/DF.

Não acato a alegação defensiva, haja vista que de acordo com os arts. 5º e 6º da Lei 4.826/89, que instituiu o ITD, é contribuinte do referido imposto, nas doações a qualquer título, o donatário, sendo solidariamente responsável o doador.

Por outro lado, considera-se o local da transmissão, tratando-se de bens móveis, direitos, títulos de crédito, onde tiver domicílio o doador e o donatário quando o doador tenha domicílio ou residência no exterior (art. 8º da Lei 4.826/89). No presente caso, o imposto foi exigido do doador, em razão da solidariedade prevista na legislação e do seu domicílio.

**Art. 5º São contribuintes do Imposto:**

**I** - nas transmissões “CAUSA MORTIS”, os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

**II** - nas doações a qualquer título, o donatário.

**Art. 6º** Nas transmissões e doações que se efetuarem sem o pagamento do impostodevido, são solidariamente responsáveis o doador e o inventariante, conforme o caso.

**Art. 8º** Considera-se local da transmissão “CAUSA MORTIS” ou doação:

**I** - tratando-se de imóveis e de direitos a eles relativos, o da situação dos bens;

**II** - tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos, onde tiver domicílio:

**a)** o doador ou onde se processar o inventário ou arrolamento;

**b)** o donatário, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior;

Vale salientar, que, verificando-se o não recolhimento do imposto ou seu recolhimento a menos, será autuado o contribuinte ou o responsável, observadas as normas do RPAF/BA. Dessa forma, considerando que é devido o ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos, concluo que não ficou comprovado que o sujeito passivo recolheu o valor apurado, restando caracterizado o cometimento da infração.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 272466.0019/14-3**, lavrado contra **BENEDITO ANTÔNIO DA SILVEIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$6.591,82**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 13, inciso II, da Lei nº 4.826/89, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de agosto de 2015

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA